

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de engenharia para elaboração de levantamento de quantitativos, orçamento, protocolos e autorizações junto aos órgãos competentes, atualização documental perante a FUNASA e elaboração de documentos técnicos para futura licitação, tendo como referência o projeto de Rede de Abastecimento de Água Tratada – Interligação do SAA Central ao SAA Estação Cocal, fornecido pelo SAMAE.

| |
|--|
| 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO E SEUS QUANTITATIVOS (Art. 6, inciso XXIII, alínea “a” da Lei 14.133/2021) |
|--|

1.1. Objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados de engenharia, destinados à elaboração, com base no projeto de Rede de Abastecimento de Água Tratada – Interligação do SAA Central ao SAA Estação Cocal, fornecido pelo SAMAE, dos seguintes produtos e serviços técnicos:

- a) levantamento de quantitativos;
- b) elaboração de orçamento referencial;
- c) apoio técnico para protocolos, aprovações, autorizações e/ou anuências junto aos órgãos competentes;
- d) atualização de documentos e peças técnicas perante a FUNASA, no que couber ao objeto;
- e) elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais documentos técnicos necessários à instrução de futura contratação da obra.

1.2. Descrição do objeto a ser contratado:

| Item | Especificação | Quantidade | Unidade | Valor Unitário |
|------|--|------------|---------|----------------|
| 01 | Levantamento de quantitativos e elaboração de orçamento relativo ao Trecho A-B e Trecho B-C, de acordo com o projeto de Rede de Abastecimento de Água Tratada - Interligação | 1,00 | Unidade | R\$ 11.333,33 |

| | | | | |
|----|--|------|--------------|----------------------|
| | do SAA Central ao SAA Estação Cocal (em anexo) | | | |
| 02 | Aprovação do projeto e obtenção das devidas autorizações/licenças nos órgãos competentes municipais, estaduais e federais | 1,00 | Unidade | R\$ 7.066,66 |
| 03 | Atualização de documentos e projetos junto a FUNASA, conforme Convênio 907726/2020 | 1,00 | Unidade | R\$ 6.633,33 |
| 04 | Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, conforme lei 14.133/2021, e demais documentos necessários para abertura de processo licitatório | 1,00 | Unidade | R\$ 7.766,66 |
| | | | Total | R\$ 32.799,98 |

1.3. Observações sobre o escopo

I - O objeto refere-se à prestação de serviço técnico especializado de engenharia, não incluindo a execução da obra de interligação, nem a elaboração integral de novo projeto executivo, salvo adequações pontuais expressamente compreendidas no escopo e demandadas pelo contratante.

II - A obtenção final das autorizações e aprovações dependerá da análise dos órgãos competentes, não podendo a contratada ser responsabilizada por prazo decisório alheio à sua atuação, desde que tenha promovido tempestivamente os protocolos e atendimentos que lhe competirem.

III - Eventuais revisões substanciais do projeto-base, inclusive elaboração de “as built” completo ou reformulações técnicas supervenientes exigidas por terceiros, não integram automaticamente o objeto e dependerão de análise específica da Administração.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “b” da Lei 14.133/2021)

A interligação entre o sistema de tratamento de água e os reservatórios do Município de Morro da Fumaça possui caráter estratégico para a segurança hídrica,

a eficiência operacional do sistema de abastecimento e o atendimento às metas do Plano Municipal de Saneamento Básico.

O SAMAЕ recentemente ampliou sua estrutura de reservação, incluindo novo reservatório central com capacidade de 1.000.000 litros, elevando a capacidade total do município para aproximadamente 2.300.000 litros. Contudo, a plena funcionalidade dessa infraestrutura depende da adequada interligação hidráulica entre o SAA Central e o SAA Estação Cocal, assegurando estabilidade operacional, redundância de abastecimento, mitigação de riscos de descontinuidade e maior confiabilidade do sistema.

A contratação ora proposta é necessária para permitir a adequada instrução técnica e administrativa da futura contratação da obra, mediante elaboração de quantitativos, orçamento, protocolos e documentos correlatos, bem como atualização de peças técnicas perante os órgãos e entidades competentes, inclusive FUNASA, quando aplicável.

A medida se justifica, ainda, pelos seguintes benefícios públicos esperados:

- a) mitigação de falhas no sistema de abastecimento;
- b) maior estabilidade de pressão na rede;
- c) reforço da reserva estratégica;
- d) redução de vulnerabilidade operacional;
- e) melhoria da segurança hídrica;
- f) suporte ao crescimento urbano e à expansão da demanda;
- g) aderência às metas de universalização e regularidade do abastecimento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “c” da Lei 14.133/2021)

A solução proposta contempla a contratação de serviços técnicos especializados nas áreas da engenharia, com atuação voltada à consolidação dos elementos necessários à futura implantação da obra de interligação da Rede de Abastecimento de Água Tratada entre o SAA Central e o SAA Estação Cocal.

A contratação contempla a produção de documentos técnicos e administrativos indispensáveis à fase preparatória da futura contratação pública da obra, incluindo levantamento de quantitativos, elaboração de orçamento, preparação documental para protocolos e autorizações, atualização de documentos perante a FUNASA e elaboração das peças técnicas exigidas pela Lei nº 14.133/2021.

Sob a ótica do ciclo de vida do objeto finalístico, a presente contratação constitui etapa preparatória e estruturante, permitindo que a futura execução da obra ocorra com maior segurança técnica, planejamento orçamentário,

previsibilidade administrativa e observância dos requisitos regulatórios e institucionais aplicáveis.

| |
|---|
| 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “d” da Lei 14.133/2021) |
|---|

4.1. Requisitos gerais

A contratação deverá recair sobre empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia, com capacidade para desenvolver atividades de levantamento de quantitativos, orçamento, análise e organização documental, apoio técnico a protocolos perante órgãos competentes e elaboração de documentos técnicos para contratação pública de obras ou serviços de engenharia.

4.2. Requisitos legais e regulatórios

A execução do objeto deverá observar, no que couber:

- I - a Lei nº 14.133/2021;
- II - as normas técnicas da ABNT aplicáveis;
- III - as normas do sistema CONFEA/CREA pertinentes às atividades desenvolvidas;
- IV - a legislação urbanística, ambiental, sanitária e de saneamento aplicável;
- V - as exigências dos órgãos municipais, estaduais e federais competentes;
- VI - as condições e exigências eventualmente incidentes sobre o Convênio nº 907726/2020 e sobre os procedimentos junto à FUNASA.

4.3. Requisitos da contratada

A contratada deverá:

- I - possuir registro ou inscrição da pessoa jurídica no CREA, em área compatível com o objeto;
- II - indicar responsável técnico legalmente habilitado, com registro ativo no CREA e atribuição compatível com os serviços;
- III - manter regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, na forma da legislação e do edital;
- IV - dispor de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional compatível com a complexidade do objeto;
- V - emitir ART dos serviços executados, quando legalmente exigível.

4.4. Requisitos técnicos mínimos

Constituem requisitos técnicos mínimos da contratação:

- I - experiência em levantamento de quantitativos de obras ou serviços de engenharia;
- II - experiência em elaboração de orçamento de infraestrutura e/ou saneamento;
- III - aptidão para organização e preparação de documentação técnica para protocolos, aprovações, autorizações, anuências ou licenças;
- IV - capacidade de produzir documentos técnicos em formato editável e em PDF;

V - capacidade de atuar com rastreabilidade de informações, memórias de cálculo e compatibilidade com o projeto-base fornecido pelo SAMAE.

4.5. Produtos técnicos mínimos

Os serviços contratados deverão resultar, conforme aplicável ao escopo, na entrega de:

- I - planilhas de quantitativos;
- II - orçamento referencial;
- III - memória de cálculo e peças auxiliares do orçamento;
- IV - relação de exigências, documentos e providências necessárias para protocolos perante órgãos competentes;
- V - documentos técnicos e administrativos preparados para protocolo;
- VI - comprovantes de protocolo efetuado, quando cabível;
- VII - atualização de peças técnicas e documentos perante a FUNASA, quando demandado pelo objeto;
- VIII - Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais documentos técnicos necessários à abertura do futuro processo licitatório da obra.

4.6. Vedações e limitações do escopo

Não integram automaticamente o objeto:

- I - execução física da obra;
- II - elaboração integral de novo projeto básico ou executivo;
- III - revisões substanciais de engenharia decorrentes de exigências supervenientes que descaracterizem o projeto-base;
- IV - elaboração de “as built” completo, salvo se expressamente incluído por termo aditivo ou contratação específica.

4.7. Sigilo e responsabilidade técnica

A contratada deverá manter sigilo sobre os documentos, arquivos, projetos e informações institucionais a que tiver acesso, responsabilizando-se tecnicamente pelos produtos apresentados.

5. HABILITAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA POR LEI EM CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS

5.1. Qualificação técnica da pessoa jurídica

Para fins de qualificação técnica, deverá ser exigida da licitante prova de registro ou inscrição da pessoa jurídica no CREA, em ramo compatível com o objeto da contratação.

5.2. Responsável técnico

Deverá ser exigida a comprovação de que a licitante dispõe de profissional legalmente habilitado, com registro ativo no CREA, detentor de atribuição compatível com os serviços a serem executados.

5.3. Capacidade técnico-profissional

A qualificação técnico-profissional poderá ser comprovada mediante acervo técnico, certidão, ART, CAT, atestado ou documento equivalente que demonstre experiência do profissional indicado em serviços compatíveis com o objeto, tais como:

- I - levantamento de quantitativos de obras ou serviços de engenharia;
- II - elaboração de orçamento de obras de infraestrutura, saneamento ou abastecimento de água;
- III - preparação de documentos técnicos para aprovação, protocolo, anuência ou licenciamento;
- IV - elaboração de documentos técnicos para instrução de contratação pública de obra ou serviço de engenharia.

5.4. Capacidade técnico-operacional

A qualificação técnico-operacional da empresa poderá ser comprovada por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução satisfatória de serviços compatíveis, em características e complexidade, com o objeto licitado.

5.5. Comprovação de vínculo

O vínculo do responsável técnico com a licitante deverá ser comprovado por meio de contrato social, registro em carteira, contrato de prestação de serviços, compromisso de vinculação futura ou outro documento juridicamente idôneo, na forma admitida pelo edital.

5.6. Anotação de Responsabilidade Técnica- ART

A futura contratada deverá apresentar a respectiva ART, quando aplicável, como condição para início da execução contratual.

5.7. Proporcionalidade

As exigências de qualificação técnica deverão observar os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da competitividade, vedadas exigências excessivas ou restritivas sem pertinência com o objeto.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “e” da Lei 14.133/2021)

6.1. Início da execução

Os serviços deverão ser iniciados em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço pela contratada.

6.2. Prazo de execução

O prazo para execução dos serviços será de até 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço, sem prejuízo da vigência contratual necessária ao processamento administrativo, análise, aceite e pagamento.

6.3. Etapas mínimas de execução

Constituem etapas mínimas da execução:

- I - análise do projeto-base fornecido pelo SAMAE, em arquivos PDF e DWG;
- II - levantamento e consolidação dos quantitativos dos Trechos A-B e B-C;
- III - elaboração do orçamento referencial da futura obra, com memória de cálculo e documentos correlatos;
- IV - identificação dos órgãos competentes e das exigências documentais para autorizações, aprovações, anuências e/ou licenças;
- V - preparação e protocolo da documentação necessária junto aos órgãos competentes, dentro dos limites do escopo contratado;
- VI - atualização de documentos e peças técnicas junto à FUNASA, no que couber ao Convênio nº 907726/2020;
- VII - elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais peças técnicas necessárias à futura licitação da obra.

6.4. Prazos referenciais por entrega

Salvo necessidade de ajuste justificado pela Administração, deverão ser observados os seguintes prazos referenciais:

- I - em até 20 (vinte) dias corridos da Ordem de Serviço: entrega do levantamento de quantitativos e do orçamento;
- II - em até 30 (trinta) dias corridos da Ordem de Serviço: entrega ao SAMAE dos documentos técnicos preparados e dos comprovantes de protocolo nos órgãos competentes, quando cabíveis;
- III - até o término do prazo de execução: entrega das atualizações documentais perante a FUNASA e das peças técnicas para futura abertura do processo licitatório.

6.5. Responsabilidade pelo acompanhamento dos processos externos

Após a realização dos protocolos pela contratada, competirá ao contratante acompanhar a evolução dos processos administrativos perante os órgãos competentes, ressalvada a necessidade de apoio complementar da contratada dentro do escopo ajustado.

6.6. Limites quanto a revisões do projeto

Possíveis “as built” e atualizações pontuais do projeto eventualmente solicitadas pelos órgãos competentes, quando implicarem alteração substancial ou reformulação técnica do projeto-base, serão de competência do contratante, salvo contratação específica em sentido diverso.

6.7. Fornecimento de documentos pelo contratante

O SAMAE fornecerá os arquivos disponíveis do projeto de Rede de Abastecimento de Água Tratada – Interligação do SAA Central ao SAA Estação Cocal, inclusive em formato PDF e DWG, bem como os documentos institucionais necessários à execução do objeto.

6.8. Reuniões de acompanhamento

Haverá reuniões periódicas, preferencialmente semanais, online ou presenciais, para acompanhamento da evolução dos serviços, com apoio técnico do setor de engenharia do SAMAE.

6.9. Forma de apresentação dos produtos

Todos os produtos deverão ser entregues em formato digital editável e em PDF, devidamente organizados, identificados por etapa e, quando aplicável, assinados pelo responsável técnico.

6.10. Obrigações da contratada

Constituem obrigações da contratada:

- I - executar os serviços com observância das boas práticas de engenharia;
- II - responsabilizar-se tecnicamente pelos documentos produzidos;
- III - corrigir, complementar ou ajustar os produtos quando solicitado pela fiscalização, desde que dentro do escopo contratado;
- IV - manter comunicação formal com o contratante sobre o andamento dos serviços;
- V - informar imediatamente qualquer impedimento técnico ou administrativo à execução do objeto.

6.11. Obrigações do contratante

Constituem obrigações do contratante:

- I - disponibilizar o projeto-base e documentos correlatos;
- II - prestar informações institucionais necessárias;
- III - analisar os produtos entregues em prazo razoável;
- IV - promover as manifestações institucionais que dependam exclusivamente do próprio SAMAE perante terceiros.

7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “f” da Lei 14.133/2021).

7.1. Regra geral de execução

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com este Termo de Referência, com o edital, com a proposta vencedora e com a Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Gestão e fiscalização

A gestão contratual será exercida por servidor formalmente designado, cabendo-lhe o acompanhamento administrativo e estratégico do contrato.

A fiscalização técnica será exercida por servidor designado, competindo-lhe acompanhar a execução dos serviços, analisar os produtos entregues, solicitar correções, emitir atesto e registrar ocorrências.

7.3. Comunicações

As comunicações entre contratante e contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de correio eletrônico institucional ou outro meio eletrônico oficial para esse fim.

7.4. Convocação da contratada

O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, inclusive para reuniões técnicas, esclarecimentos, adequações ou saneamento de pendências.

7.5. Gestor do contrato

Fica designado como gestor do contrato o Sr. Fernando Recco, Coordenador Geral Administrativo, matrícula nº 5762, para exercer a gestão estratégica do contrato, incluindo o acompanhamento de prazos, intercorrências e providências administrativas.

7.6. Fiscal técnico do contrato

Fica designado como fiscal técnico do contrato o Sr. Davi Marcelo Rodrigues Martins, Coordenador Especial de Projetos e Ampliações, matrícula nº 5795-01, a quem competirá acompanhar a execução, dirimir dúvidas técnicas, solicitar ajustes, emitir atesto e dar ciência à Administração sobre a evolução contratual.

7.7. Aceite dos produtos

Os produtos apresentados pela contratada serão submetidos à análise da fiscalização, que poderá:

- I - aprová-los;
- II - aprová-los com ressalvas;
- III - rejeitá-los fundamentadamente, indicando as correções necessárias.

7.8. Correções

Em caso de rejeição ou necessidade de complementação, a contratada deverá promover os ajustes solicitados pela fiscalização no prazo

estabelecido, sem ônus adicional para a Administração, desde que as correções decorram de inadequação do produto entregue e estejam dentro do escopo contratado.

7.9. Registro de ocorrências

O acompanhamento contratual será formalizado por meio de registros de reuniões, despachos, pareceres, e-mails, relatórios, termos de aceite e demais documentos necessários à rastreabilidade da execução.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “g” da Lei 14.133/2021)

8.1. Medição

A medição será realizada por entregáveis efetivamente apresentados, analisados e aprovados pela fiscalização, conforme as etapas previstas neste Termo de Referência.

8.2. Condições para pagamento

O pagamento somente será efetuado após:

- I - apresentação da nota fiscal;
- II - entrega regular da etapa correspondente;
- III - atesto do fiscal do contrato;
- IV - verificação da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada, quando exigível.

8.3. Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal devidamente atestada e instruída com a documentação pertinente.

8.4. Glosas e retenções

Não serão pagos serviços não executados, produtos incompletos, documentos rejeitados ou entregas em desacordo com este Termo de Referência, podendo ser promovidas glosas proporcionais, mediante justificativa da fiscalização.

8.5. Suspensão do prazo de pagamento

Havendo erro, inconsistência ou insuficiência na documentação apresentada, o prazo de pagamento ficará suspenso até a regularização pela contratada.

| |
|--|
| 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6, inciso XXIII, alínea “h” da Lei 14.133/2021) |
|--|

9.1. Modalidade de contratação

A seleção do fornecedor deverá ser realizada por meio de Concorrência Eletrônica, por se tratar de contratação de serviço especial de engenharia, com conteúdo técnico especializado e natureza predominantemente intelectual.

9.2. Critério de julgamento

O critério de julgamento será o de menor preço, desde que atendidas integralmente as exigências do edital e deste Termo de Referência.

9.3. Regime de execução

O regime de execução será o de empreitada por preço global, em razão da existência de escopo definido e entregáveis previamente delimitados.

9.4. Exigências de habilitação

O edital deverá contemplar exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, observada a Lei nº 14.133/2021 e a pertinência com o objeto contratado.

9.5. Desclassificação

Serão desclassificadas as propostas que:

- I - não atenderem às especificações técnicas do edital e deste Termo de Referência;
- II - apresentarem preços inexequíveis ou incompatíveis com os valores de mercado;
- III - deixarem de comprovar os requisitos mínimos de habilitação;
- IV - contiverem vícios insanáveis ou incompatibilidade com o objeto.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DO PREÇO UNITÁRIO REFERENCIAL (Art. 6, inciso XXIII, alínea “i” da Lei 14.133/2021)

10.1. Metodologia

A estimativa do valor da contratação deverá ser obtida mediante pesquisa de preços compatível com a natureza do objeto, considerando a complexidade dos serviços, a mão de obra especializada, os encargos incidentes e os produtos técnicos previstos.

10.2. Orçamento estimado

O valor estimado da contratação é de **R\$ 32.799,98**.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A empresa contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, em caso de descumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo de outras penalidades legais cabíveis.

As sanções poderão incluir advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, e declaração de inidoneidade, conforme a gravidade da infração e mediante regular processo administrativo, com observância do contraditório e da ampla defesa.

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O critério de julgamento adotado será o de menor preço, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo considerada vencedora a proposta que apresentar o menor valor global, desde que atendidas todas as exigências do edital e seus anexos.

A análise de exequibilidade da proposta deverá observar os parâmetros legais e os elementos constantes do orçamento estimado da Administração.

Na hipótese de indícios de inexecutabilidade, a Administração poderá promover diligência para que a licitante demonstre a viabilidade de sua proposta, na forma da legislação aplicável.

13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

São obrigações do contratado:

- a) Executar os serviços com a máxima diligência, qualidade técnica e observância dos prazos estabelecidos.
- b) Assumir responsabilidade técnica pelos documentos, peças e produtos elaborados no âmbito do contrato.
- c) Responder por danos ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços.
- d) Cumprir a legislação aplicável, inclusive as normas de segurança do trabalho, responsabilidade técnica, ética profissional e sigilo das informações.
- e) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6, inciso XXIII, alínea “j” da Lei 14.133/2021)

14.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá por conta da dotação orçamentária:

| Recurso da Minuta | | |
|-------------------|---------------------|--|
| | Código | Descrição |
| Dotação | 215 | Ano 2026 |
| Órgão | 10 | SAMAE |
| Unidade | 001 | SAMAE |
| Ação | 2044 | MANUTENÇÃO SAMAE |
| Elemento | 3339039050000000000 | SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS |
| Vínculo | 1501700000005 | SAMAE – OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS |

15. VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO (Art. 105 da Lei 14.133/2021)

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração Pública, vantajosidade e justificativa técnica que o recomende.

16. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os preços contratados poderão ser reajustados, observando-se o interstício mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação ou do último reajuste concedido, na forma da legislação aplicável.

O reajuste será calculado com base no IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

A aplicação do reajuste dependerá de requerimento formal da parte interessada, devidamente instruído, e de decisão administrativa fundamentada.

Morro da Fumaça/SC, 23 de abril de 2026.

Davi Marcelo R. Martins

Coordenador especial de projetos e ampliações

Matricula 5795-01

SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Governo de Morro da Fumaça